luta vitoriosa contra os ataques holandeses. Mas o avanço do Brasil em detrimento das Índias de Castela é o testemunho mais claro dessa vitalidade. No século XVI, o Brasil apenas cobria ainda uma estreita faixa de território/que não ultrapassava sensivelmente, ao norte e ao sul, a linha de demarcação de 1494, essa linha que corria da foz do Amazonas até a um ponto vizinho de São Paulo. No século XVII, o Brasil estendia-se já para além do Rio São Francisco; aproximava-se das nascentes do Paraguai; no fim da era colonial, dilatava-se quase até aos Andes, sobre os 8 500 000 km² que ocupa hoje. A sede de terras novas para uma economia destruidora à procura das minas, para além das *Minas Gerais*, e sobretudo a caça desenfreada ao escravo realizada pelos *bandeirantes* paulistas, foram os móveis de uma penetração que os tratados sucessivamente ratificaram após o fato consumado.

Livro: CHAUNU, Pierre. História da América Latina.
SP: Bertrand, s/d.

Texto 07

História da AMÉRICA I
Prof. Fortunato Pastore
(09 cópias)

CAPITULO III

ECONOMIAS E SOCIEDADES

1. *A população*

A América Latina, em relação à América anglo-saxônica, é uma América índia, uma América de sangues misturados. As estimativas da população índia, no momento da conquista, fatalmente vagas e hipotéticas, variam entre 20 e 40 milhões de habitantes(1). Se esses cálculos forem exatos, o encontro dos dois mundos provocou prodigioso desaparecimento da população índia, pois, apesar da contribuição do sangue europeu e do sangue negro trazido pelos traficantes de escravos, a população da América espanhola em 1800 podia avaliar-se 15 milhões e a do Brasil, na mesma época, em 3 300 000. No período colonial anterior ao final do século XVIII, qualquer tentativa de avaliação se apresenta delicada.

Entretanto, no caso do Brasil, temos a prova indiscutível do prodigioso aumento da população. Com exclu-

---

(1) A estimativa de 40 milhões é do Dr. Rivet. À luz dos trabalhos realizados nos últimos dez anos pela admirável equipe de historiadores, etnólogos e demógrafos de Berkeley, o cálculo elevado do Dr. Rivet parece bastante próximo da verdade.

são dos *indios bravos,* os índios selvagens do interior, 300 000, 400 000 ou talvez 500 000... simples presa para os caçadores de escravos, o aumento da população civilizada é um fato demasiadamente impressionante para que possa ser posto em dúvida: 50.000(?) em 1580, 70.00(?) em 1600, 175.000 (?) em 1640, 750.000 (?) em 1700, mais de 3.000.000 em 1800. A população das Índias de Castela era talvez de 10 milhões na segunda metade do século XVII. Se nos ativermos a esses algarismos a conquista espanhola teria provocado o desaparecimento de dois terços ou mesmo de três quartos da população índia. O trabalho forçado nas plantações dos *encomienderos* e nas minas, e as doenças epidêmicas da Europa, foram os principais responsáveis. Há assim muito de verdade no quadro que nos pinta Bartolomé de las Casas na sua *História das Indias.*

Talvez?

Se aceitarmos as estimativas de Humboldt, as únicas sérias, a população da América Latina no final do período colonial compreendia: para as Índias de Castela, 15.000.000 de almas, cabendo 7.000.000 à Nova Espanha e às suas dependências da Guatemala, Cuba e Porto Rico, 3.000.000 ao Vice-Reino da Terra Firme, um pouco mais de 2.000.000 ao Vice-Reino do Peru, e 2.350.000 ao Vice-Reino de La Plata, uma população toda ela separada por profundos abismos marcados pelas diferenças raciais.

No vértice da escala social, os espanhóis nascidos na Metrópole, cerca de 300.000 em 1800, controlavam a administração local.

Os crioulos (*criollos*), isentos de qualquer mestiçagem, cerca de três milhões, possuíam grandes fazendas e forneciam às novas terras a sua elite intelectual, a grande realidade econômica e social das Índias.

Abaixo dos crioulos, a massa dos mestiços (*mestizos*): mestiços de brancos e de índios; *mulatos,* mestiços de

brancos e negros; *zambos,* mestiços de negros e índios; mundo de artesãos, de *mayordomos,* de vagabundos, mundo intermediário, instável, mal fixado, agitado, reivindicatório, que aspirava, sem chegar a apagar a marca do nascimento, a elevar-se até junto dos crioulos na hierarquia social.

Em baixo da escala, os dez milhões de índios, rebanho de que se serviam para os trabalhos dos campos e para as minas. O trabalho forçado fora teoricamente abolido no século XVIII, mas a escravatura por dívidas veio substituí-lo mais ou menos. Só o nome foi banido. Além das terras propriamente colonizadas, para lá da "fronteira", os *índios bravos* continuavam a levar um modo de vida quase idêntico ao anterior à conquista. Alguns inofensivos, outros acantonados numa reserva agressiva: Araucanos do Chile Meridional, Índios dos Pampas, sempre prontos a cortar as comunicações entre Buenos Aires e o Peru.

Mais abaixo ainda, se possível, na escala social, o escravo negro, produto do tráfico. Em número de 800.000 nas Índias de Castela, localizados sobretudo nas grandes plantações açucareiras das Antilhas, eram encontrados também nas minas, em pequeno número, é verdade, e, um pouco por todo o lado, nos portos, como escravos domésticos. Para suprir a falta da mão-de-obra indígena, os espanhóis recorreram desde o século XVI à mão-de-obra africana. Algumas almas sensíveis à miséria dos índios, um Bartolomé de las Casas, por exemplo, propuseram esse remédio que outros exploraram: o tráfico. Os espanhóis mostraram sempre grande repugnância por esse gênero de comércio. Por isso, a Coroa firmava um contrato (*asiento*) com uma companhia estrangeira que se comprometia, contra o monopólio do abastecimento em negros das Índias de Castela, a pagar uma forte soma à Coroa. O primeiro *asiento* foi concedido em 1517 a uma companhia

genovesa; portugueses, holandeses, ingleses... beneficiaram-se alternadamente do precioso tráfico[1].

Na massa dos homens de cor, sobretudo na população índia, menos robusta do que a de raça negra, sem higiene, subalimentada e vivendo em cabanas infectas, as doenças epidêmicas faziam terrível devastação. A varíola, que cada dezessete ou dezoito anos assolava a Nova Espanha, causou em 1779, só na cidade do México, quase nove mil óbitos; outras doenças eram exclusivas da raça índia, não atacando as demais. Uma espécie de tifo, o *matlazahualt,* fazia nos planaltos da Nova Espanha estragos comparáveis aos da varíola, enquanto no litoral a febre amarela (o *vómito prieto,* ou vômito negro) não poupava ninguém. Nas regiões onde imperava, no Panamá ("ir ao Panamá é procurar a morte", diz o provérbio colombiano) o vômito negro fazia tais estragos que era reduzido ao mínimo a permanência dos galeões em Nombre de Dios. Com essas epidemias e as fomes periódicas é compreensível que a população não aumentasse senão muito lentamente apesar da natalidade fisiológica.

No princípio do século XIX, em 1818, o *Brasil* contava oficialmente 1.887.500 negros num total de 3.617.000

(1) O tráfico de negros foi uma das grandes fontes de renda dos tempos modernos. A Nova Inglaterra deve-lhe os seus primeiros capitais. Os *clippers* dos negreiros puritanos partiam carregados de rum, de caixas de pacotilha e de tecidos grosseiros, em direção à África onde carregavam a "madeira de ébano". Embarcavam o maior número possível de negros, sem receio de estragar a mercadoria, que à partida quase não tinha valor. E essa "madeira de ébano" que durante a travessia "perdera peso", como costumavam dizer os sorridentes armadores de Nantes (40 a 50% de quebra inevitável), era vendida nas Antilhas ou, mais freqüentemente, nas costas do Brasil, onde se carregava o melaço, matéria-prima do rum. Assim se fechava o comércio triangular, com grande proveito para a cabeça desse triângulo que, segundo os séculos, foi ora Lisboa, ora Amsterdã, Londres, Nantes ou Boston.

habitantes, isto é, mais de 50% da população. O resto repartia-se assim: brancos, 843.000; mestiços 628.000, índios 259.400, excluindo as tribos não submetidas do interior.

A sociedade brasileira colonial, ainda menos sensível, se possível, ao preconceito de cor, apresentava uma estratificação análoga à das Índias. No topo, o português, que se reservava a direção da administração, o grande proprietário, o *senhor de engenho;* embaixo, o escravo negro, o rebanho que fornecia uma mão-de-obra resistente, sóbria, boa para tudo, mais maleável do que o índio e à qual o português não hesitava, diferentemente do espanhol, em reduzir à escravidão, um rebanho sacudido de tempos a tempos por terríveis convulsões, como a da grande revolta dos escravos de Minas Gerais que ensangüentou todo o fim do século XVIII.

2. *Vida econômica e social*

A América Latina colonial sofria no fundo as conseqüências de uma economia doente: os seus recursos eram explorados em benefício das metrópoles, Espanha e Portugal. O contrabando era apenas um remédio imperfeito para as servidões do Pacto colonial; no interior, *encomienderos* e *fazendeiros,* grandes proprietários de terras, de escravos e de minas, mantinham em suas mãos, para a dilapidar, a maior parte das riquezas produzidas. Essa economia de esbanjamento produzia para o estrangeiro e para uma limitada aristocracia. Sob certos aspectos, a hipoteca colonial sobre a economia sul-americana ainda não desapareceu.

A terra: uma economia aristocrática. — A América Latina colonial — Índias de Castela e Brasil — é um produto da conquista. Aí como alhures, a conquista teve

como conseqüência a instalação de uma aristocracia ligada à propriedade imobiliária. A propriedade feudal, que existia ainda na Europa no século XV, foi transplantada para as Índias; imensos senhorios foram constituídos em benefício dos *conquistadores* e de seus companheiros. Dessa aventura nasceu um tipo social: o *encomiendero* espanhol e o *fazendeiro* brasileiro. Com a terra, o conquistador recebeu o índio desde a conquista espanhola; a *encomienda* foi criada para fornecer gratuitamente às plantações o lote de índios necessário, mão-de-obra que se explorava à discrição, para as especulações coloniais. O *fazendeiro* brasileiro, o *senhor de engenho* do Brasil colonial, que levava, no meio do seu rebanho de escravos negros, uma vida patriarcal e dissoluta, é a versão portuguesa do *encomiendero* espanhol. O regime da grande propriedade, específico da América Latina colonial, instaurou-se tanto mais fàcilmente quando não teve de enfrentar um campesinato índio capaz de lhe resistir. Para o índio dos Andes ou do Império Asteca, o regime colonial significou apenas uma mudança de senhor.

Na América Latina colonial, a aristocracia rural drena, em proveito próprio, os recursos da terra; nas suas propriedades representa-a um exército de *mayordomos* mestiços, implacáveis na exploração do índio. As rendas tiradas das propriedades, esbanja-as essa aristocracia em despesas suntuárias, em cidades que impressionam pelo seu luxo, a Bahia, o Rio de Janeiro, Lima ou o México (137.000 habitantes em 1803), capital que desde Gemelli, no século XVII, até Humboldt sempre surpreendeu os forasteiros. É aí que é dilapidado o produto da terra e o produto das minas, sem verdadeiro proveito para a economia da Nova Espanha. Uma economia de esbanjamento, em benefício de uma aristocracia rural, uma economia também extrovertida, submetida às vicissitudes do Pacto colonial dos tempos modernos.

O monopólio ibérico e as suas servidões econômicas. — Tal como o Brasil é um feudo de Portugal, as Índias de Castela são um feudo de Castela, melhor dizendo, da Andaluzia, que forneceu os primeiros capitais. Estabelecida em Sevilha em 1503, ao ser criada, a *Casa de la Contratación* contribuiu fortemente para a manutenção do privilégio andaluz. Todos os navios que partiam para a América ou dela provinham deviam passar por Sevilha. Sevilha, pôrto do Guadalquivir fechado pela barra de San Lúcar, conservou um absurdo(1) privilégio de preferência de desembarque até 1680, data em que foi destronada pelo seu anteporto Cádiz(2). Em 1717, a transferência da *Casa de la Contratación* para Cádiz confirmou essa decadência, mas o princípio manteve-se, apenas com a substituição de Sevilha por Cádiz, herdado por uma o privilégio da outra. Em 1765, Cádiz perdeu o seu monopólio, ou mais exatamente, passou a partilhá-lo com nove portos novos. 1765 anunciava o grande ato de 1778. Carlos III pôs termo ao que restava do monopólio andaluz, libertando dos seus entraves o comércio entre as Índias e a Espanha. Mas mesmo depois de 1778, subsistiu o princípio de que as Índias eram coisa da Espanha, não podendo ter comunicações com o resto do mundo senão através dela. Mas 1778 é já o fim do período colonial e é o sistema anterior que precisamos estudar. O Novo

---

(1) Um estudo atento revela que esse monopólio se baseava, no momento em que foi posto em execução, nas condições técnicas da navegação e na geografia econômica da Península.

(2) O aumento constante da tonelagem dos navios no século XVII (cem toneladas em média na época de Colombo, trezentas toneladas nos meados do século XVII) obrigava os navios a desembarcar carga na altura da barra de San Lúcar, o que determinava despesas inúteis e proporcionava um belo ensejo para o contrabando.

Mundo fornece à Espanha as suas matérias-primas, no caso concreto o ouro e sobretudo a prata. Nenhuma mercadoria se presta mais facilmente ao contrabando (valor máximo em volume mínimo). Foi para tornar mais fácil o controle, mais eficaz, que Madri manteve durante tanto tempo o monopólio exclusivo de Sevilha e, depois, o de Cádiz. A lógica do sistema exigia a proibição do comércio entre as diferentes províncias das Índias de Castela; e essa interdição manteve-se com raras exceções até ao grande ato libertador de 1778. 1778 rompe o monopólio andaluz em proveito da Espanha inteira e permite contatos entre os vários Vice-Reinos das Índias. Mas até 1766, é para Sevilha e depois Cádiz e novamente Sevilha que se encaminham exclusivamente os galeões carregados com a prata do Novo Mundo.

Essa prata é o fruto do *quinto* real; é recebida também como pagamento pelas mercadorias que a Espanha envia para as Índias pelos altos preços que o monopólio lhe consente; serve para preencher o *deficit* da balança comercial das colônias espanholas. Para trazer até às margens do Guadalquivir essa mercadoria preciosa entre todas, presa tentadora para piratas e adversários da Espanha, é posto de pé todo um sistema de comboios.

A fim de garantir a proteção dessas riquezas, e para suprir a falta de pilotos qualificados, é instaurado um sistema de navegação em comboios, antes de o mesmo ser mencionado na lei das Índias.

Se os espanhóis conseguiram quase sempre encaminhar, sem serem estorvados, as preciosas cargas, ficaram-no a dever, sem dúvida, menos à proteção dos seus canhões do que à imensidão do Atlântico de antes da navegação a vapor (porventura não conseguiu Bonaparte em 1798 atravessar o Mediterrâneo nas barbas de Nelson? Compreende-se, portanto, que os galeões tenham conseguido iludir a vigilância dos seus adversários).

Êsse tráfego é hoje bem conhecido[1]. Pode-se resumir em vários gráficos.

Não se deve emprestar ao sistema espanhol mais lógica do que nele punha o governo espanhol. Madri nunca foi até à proibição da indústria colonial em proveito

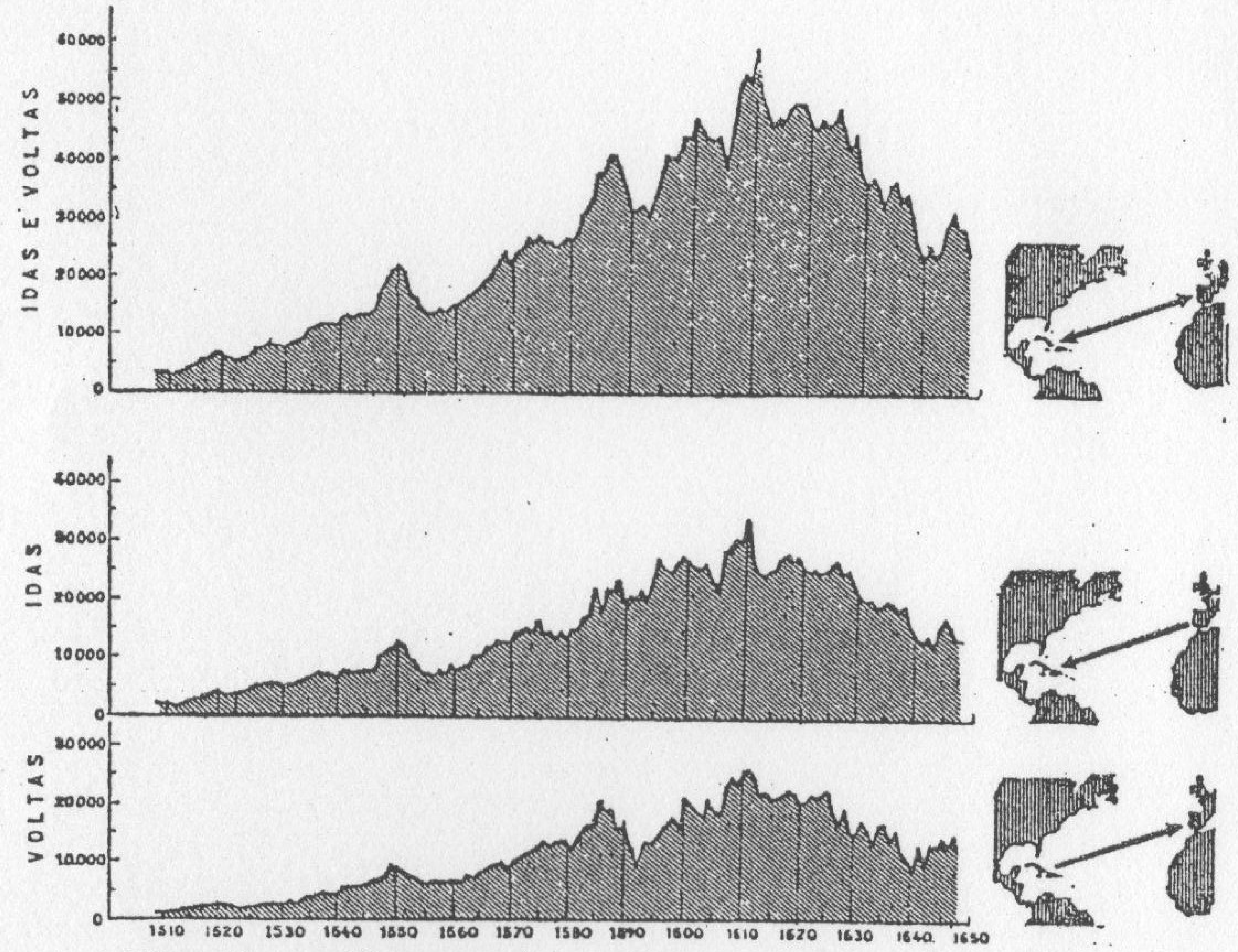

Fig. 2 — *Volume do tráfego entre a Espanha e a América de 1504 a 1650*

(Cifras ponderadas expressas em toneladas internacionais de 2,83 m³)

---

(1) H. e P. Chaunu, *Séville et l'Atlantique* (1504-1650), Paris, S.E.V.P.E.N., 1955-1960, 12 volumes, gr. in-8 e in-4, 7343 páginas.

da indústria metropolitana, mantendo-se regra geral na proibição de tôdas as atividades econômicas coloniais suscetíveis de fazer concorrência a análogas atividades metropolitanas. Assim o entenderam os ingleses. O Govêrno espanhol encarniçou-se contra as plantações de vinhas e oliveiras que os seus colonos tentaram desenvolver no Peru, porque a sua produção podia vir a concorrer com a da Andaluzia. Mas, pelo contrário, nada fez para entravar o desenvolvimento de uma ativa indústria artesanal, aliás, herança, em grande parte, do período pré-colombiano. Isso não pode surpreender-nos, pois a metrópole mostrava-se incapaz de suprir a todas as necessidades dos múltiplos mercados locais. Já menos compreensíveis são os encorajamentos prodigalizados por Carlos Quinto à indústria da seda na Nova Espanha a qual atingiu, na segunda metade do século XVI, um grau de prosperidade expresso em todos os relatos dos viajantes da época. Em outubro de 1537, o filho de Hernando Cortés recebia do Vice-Rei amplos privilégios que lhe permitiram plantar cem mil pés de amoreiras. A partir de 1543 toda uma legislação passou a regulamentar a produção de tecidos, garantindo-lhe a qualidade segundo princípios que eram os de um colbertismo *avant-la-lettre*. Prosperidade essa efêmera, e que desapareceu quando a proteção real lhe foi retirada e mais acentuadamente ainda sob os golpes assestados pela concorrência das sedas do Extremo Oriente trazidas pelo galeão de Manilha.

O comércio com o Extremo Oriente. — Nova incoerência: a Coroa espanhola organizou ela mesma o contrabando nos seus próprios domínios. Escaladas por Magalhães durante a primeira viagem de circunavegação, as Filipinas só foram definitivamente anexadas à Espanha em 1564-65 por Miguel Lopez de Legaspi. Como a expedição partiu da Nova Espanha, a nova colônia permaneceu até ao fim do século XVIII ligada a esse Vice-Reino.

Despertando a ambição dos portugueses e, depois, a dos holandeses, e encontrando-se numa situação eminentemente desconfortável, quase nas antípodas de Castela, isoladas na metade do mundo que a bula de Alexandre VI e o Tratado de Tordesilhas haviam confiado aos portugueses, as Filipinas não comunicaram até ao fim do século XVIII com o resto do Império Espanhol senão por intermédio de dois navios anuais que, seguindo uma rota imutável, atravessavam de lado a lado o Oceano Pacífico, a partir de Acapulco, a porta do México sobre o Mar do Sul, até Manilha, a capital das Filipinas, fundada em 1571. Estrangulado por uma legislação restritiva, cujas proibições incessantemente renovadas provam a sua própria impotência, o comércio do "galeão de Manilha", era um dos mais frutuosos senão o mais frutuoso de todos os que se faziam nas Índias. O desembarque em Acapulco das mercadorias de contrabando realizava-se segundo ritos fixados com antecipação. Cada funcionário recebia o preço do seu silêncio proporcionalmente ao seu escalão. A chegada dos galeões assinalava a abertura no antro tórrido de Acapulco, junto ao rochedo que reverbera os raios do sol, da *feria* (feira) uma das mais importantes do Império. Tôdas as Índias acorriam à *feria* de Acapulco a fim de adquirirem produtos do luxo extremo-oriental. Foi essa concorrência que contribuiu para destruir a indústria da sêda da Nova Espanha. Por Acapulco e Manilha, parte da produção metálica do Novo Mundo foi drenada para o Extremo Oriente(1).

O contrabando. — O caso do galeão de Manilha é apenas um aspecto do contrabando. A Península Ibérica, cuja indústria não cessara de decair desde o século XVI,

---

(1) P. Chaunu, *Les Philippines et le Pacifique des Ibériques.*

encontrava-se impossibilitada de fazer face às necessidades cada vez maiores das Índias; o comércio de contrabando era, assim, para ela uma necessidade. Os funcionários coloniais, ávidos dos ganhos inerentes aos respectivos cargos, e de regressarem à Península para aí gozarem as fortunas rapidamente adquiridas, estavam sempre prontos a fechar os olhos mediante a entrega de moedas sonantes e pesadas. Desejoso de entrar num porto das Índias, o navio que queria negociar o seu contrabando simulava avarias graves. O governador, recebido um presente, concedia a autorização para a acostagem. E para que se procedesse às reparações, a carga era desembarcada. As autoridades ordenavam que ela fosse guardada pela sua tropa em determinado recinto. E sob o olhar benevolente das sentinelas, que tinham a sua parte nas gratificações, a venda efetuava-se. Uma vez vendida a carga, e miraculosamente reparadas as avarias, só restava levantar ferro e recomeçar mais longe o mesmo jogo lucrativo. Calcula-se que mais de metade do comércio das Índias, no século XVIII, se realizava desse modo; depois de 1778, o ritmo acentuou-se e, de 1788 a 1796, vinte e seis navios de Boston entraram nos portos da capitania geral do Chile sem que o governo espanhol tentasse sequer estorvá-los. Não se deve, entretanto, projetar no passado uma situação que caracterizou os finais do século XVIII e, particularmente, nos territórios periféricos, esses parentes pobres abandonados em proveito da Nova Espanha e do Peru, solidamente estabelecidos; antes de se tornar o apanágio das mulheres, o Pacto colonial foi uma realidade, para a Espanha, pelo menos.

O Brasil. — No Brasil, os dados básicos são idênticos: a mesma estrutura social aristocrática, a mesma economia extrovertida. O monopólio de Lisboa lembra o monopólio andaluz, com o mesmo sistema de comboios até 1766. Contudo, as modalidades diferem. Portugal não é a Espanha; colocado desde 1703, pelo Tratado de Methuen, sob o domínio econômico da Inglaterra, o Brasil do século XVIII, sob o ponto de vista comercial, é tanto uma colônia britânica como portuguesa. As mercadorias inglesas iam satisfazer necessidades crescentes do mercado interno brasileiro após escala em Lisboa ou, diretamente, pela via do contrabando.

Alguns tipos de economia da América Latina colonial. — Economia extrovertida, economia destrutiva, tais são os dois temas em volta dos quais se poderia realizar um estudo da economia da América Latina colonial. E, contudo, que variedade!

Os *pampas,* cobertos agora de campos de trigo a perder de vista, permaneciam no século XVIII nas mãos de um punhado de *estancieros,* reino de uma civilização do couro. Ao serviço dessa aristocracia, cujos descendentes dominam ainda a Argentina, havia uma população espanhola mais fortemente injetada de sangue índio: os *gauchos,* que gostam de se reencontrar na poesia épica do *Martín Fierro.* Habitando choças de ramos entrelaçados e de terra, sem portas nem janelas, passam a maior parte do tempo a cavalo, o único ser pelo qual essa humanidade brutal experimenta alguma ternura. A vida humana não tem mais valor do que a vida do animal; o padre e o mestre-escola, os dois caixeiros-viajantes da civilização européia, nunca chegaram até aí.

O *gaucho* explora o gado *"cimarrone"*, os imensos rebanhos de bois que regressaram ao estado selvagem, descendentes dos animais trazidos há dois séculos pelos primeiros colonos. Os *pampas,* sob o laço, não passam de uma fábrica donde se extrai o couro e o sebo (oitocentas mil peles exportadas cada ano, pela soma de quatro milhões de *pesos*).

Em bandos de algumas centenas de cavaleiros, no máximo, os *gauchos* percorrem os *pampas* por conta do res-

pectivo *estanciero,* perseguindo o gado. Mata-se apenas pela pele do animal; abate-se um boi a cada refeição e por homem; abate-se um boi para amarrar um cavalo, servindo o animal morto de poste. Um cheiro de carniça paira sobre os *pampas* que têm de ser disputados aos índios insubmissos e defendidos contra a infiltração brasileira. Economia bárbara que destrói o seu próprio capital com rapidez chocante.

O Brasil também possui a sua economia destrutiva, mas ela é de tipo agrícola e não pastoril. É a famosa economia dos ciclos do Brasil. No vértice da escala social, o grande proprietário, o *fazendeiro,* corresponde ao *estanciero.* Mas aí não é o animal que é morto, é a terra. Rapidamente limpa, mais pelo fogo do que pelo machado, a terra dá durante alguns anos consecutivos as suas colheitas de cana-de-açúcar; depois, quando está esgotada, o fazendeiro, sem tratar de lhe restituir o que lhe tomou, desloca-se mais para oeste, com o seu rebanho de escravos. O ciclo infernal recomeça. É um deserto o que ele deixa atrás de si, um solo devastado pelas chuvas tropicais. Quando, no final do século XVIII, a cana-de-açúcar deixa, em tais condições, de ser remuneradora, o *fazendeiro* mostra-se incapaz de renovar a sua técnica, ao invés dos plantadores antilhanos que utilizam então a polpa da cana, para restituir à terra uma parte da riqueza que dela extraíram. O Brasil da cana-de-açúcar desmorona-se, mas ao sul um novo Brasil, o do café, nascerá em meados do século XIX. A economia brasileira é uma sucessão de economias destrutivas que se sucedem no tempo e no espaço.

Para reunir entre si mundos isolados, separados por imensos espaços vazios, desenvolveu-se uma verdadeira civilização dos transportes, variável segundo as regiões, e sempre muito alta em cor, mesmo quando se trata dos caminheiros dos Pampas, com os seus carros de imensas rodas compactas puxados, a 2 km por hora, por bois. A

organização de um comboio (*tropa*) é sempre uma operação perigosa e arriscada. Mais pitorescos ainda são os *arrieros* dos Andes, população rude, mestiça, que forma um todo com o burro tal como o gaúcho forma um todo com o cavalo: a sua função essencial consiste em fazer sair dos Andes as riquezas minerais que outros extraíram.

*

* *

A busca das minas foi o motor da conquista: o processo da economia mineira — explorar até o esgotamento e, depois, partir para mais longe — marcou toda a economia da América Latina. Situadas pela natureza no coração da cadeia dos Andes, a 3 400 metros de altitude, e por vezes mais, no Peru, na região de Potosi, ou sobre os áridos planaltos do México, em Guanaxuato, em Zacatecas, em Oaxaca, ... as minas americanas foram devoradoras de índios fornecidos pela *mita* (rezava-se por eles o ofício dos mortos antes da partida). A aristocracia mineira corresponde à dos *fazendeiros* e dos *estancieros,* sendo infinitamente mais rica: cobre o México e Lima com os seus palácios.

As minas americanas não marcaram apenas a economia do Continente: têm as maiores responsabilidades na história européia. Houve entre a América e a Europa um amplo intercâmbio. Foi a Europa, sem dúvida, a que mais deu: os seus animais domésticos, a maior parte das suas plantas úteis, as suas técnicas, os seus homens. Europa e América trocaram entre si as respectivas doenças infecciosas. A América deu à Europa o fumo, o milho... mas deu-lhe sobretudo os seus metais preciosos. A sua responsabilidade na história européia é capital. Quando, impelida pela sede de ouro e prata tanto quanto pela sua sede de especiarias, a Europa foi ao encontro da América, encontrou primeiro o ouro das Antilhas em pequena quan-

tidade, mas, a partir de 1530-1540, a descoberta das minas de prata do México e do Peru, e a adaptação aos minérios americanos (1558-1560, na Nova Espanha; 1572-1575, no Peru) do processo de fabrico por amálgama com o mercúrio, fez dar à produção de prata do Novo Mundo um salto prodigioso. Foi esse fato que desencadeou a crise dos preços do século XVI e salvou a Europa de uma nova Idade Média, permitindo a reconstituição do seu estoque metálico. A prata do México e sobretudo a do Peru escoam regularmente, como o demonstrou Earl J. Hamilton, a partir de Sevilha, ponto inicial, através da Espanha, depois entra na França, na Itália, na Inglaterra, na Alemanha e nos Países Baixos, fortalecendo por todo o lado a economia, à sua passagem. Graças principalmente à abundância das espécies monetárias, o século XVI é um período de prosperidade.

Quando, por volta de 1630-1640, a América deixa durante um século de irrigar a Europa, uma era de diminuição nas trocas e de dificuldades econômicas, bem expressas no mercantilismo estreito de Colbert, segue-se ao século XVI econômico: passagem de uma fase A a uma fase B, dizem, desde Simiand, os economistas.

No século XVIII, o ouro de Minas Gerais (Brasil) e, posteriormente, o recomêço da extração da prata mexicana, no fim do século, provocam na Europa a passagem de uma fase B a uma fase A: abundância das espécies monetárias, lenta e frutuosa subida dos preços; o pessimismo econômico do século XVII cede o lugar, como o mostrou C. E. Labrousse, ao otimismo do século XVIII. Responsabilidade americana na história européia e na história mundial, pois, a acreditarmos em Humboldt, no final do século XVIII, "a quantidade de ouro e prata que o novo continente envia anualmente para a Europa, representa mais de 9/10 da produção total das minas no mundo conhecido ", 3 500 000 marcos de prata só no tocante à América Espanhola.

SEGUNDA PARTE

O DESMORONAMENTO DO SISTEMA A INDEPENDÊNCIA DA AMÉRICA LATINA

CAPITULO I

AS CAUSAS

De 1808 a 1823, o edifício colonial construído por Portugal e Espanha ao longo de três séculos de história desmorona-se, condenado pela evolução geral das idéias do século XVIII, minado pelos seus vícios internos. A independência da América Latina segue de perto a revolta das treze colônias inglesas; o fenômeno é da mesma ordem; as duas Américas são atiradas contra as respectivas metrópoles pela grande corrente liberal do século XVIII; a revolta das colônias espanholas e portuguesas é o eco, para o sul, da revolta das colônias anglo-saxônicas. Mas aí termina a analogia.

A conquista espanhola impusera ao Sul do continente americano uma unidade factícia, retendo sob o seu domínio povos diferentes, civilizações diversas, alojadas no seio de células geográficas separadas por imensos espaços. Conseguira dar rudimentos de uma mesma cultura, por inter-